

Políticas de Ações Afirmativas e o Dia Internacional de Luta contra a discriminação racial^[1]

Caro(a) professor(a), você já pensou em como o Estado brasileiro age para combater as discriminações raciais? Sabe o que são ações afirmativas e quais leis garantem a existência delas no Brasil? Que tal explorar o tema com seus estudantes?

As desigualdades raciais estão presentes em diversos âmbitos sociais no Brasil. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2019, 46,8% dos brasileiros se declararam como pardos e 9,4% como pretos, mas, apesar disso, esses grupos se encontram sub-representados nas camadas sociais mais favorecidas. Ainda que os negros sejam, pela primeira vez, maioria no ensino superior público brasileiro^[2], eles seguem sendo minoria nas posições de liderança e entre os representantes políticos no Legislativo. Entre aqueles que não têm emprego ou estão subocupados, negros são a maioria, sendo também a maior parte da população carcerária do país^[3]. (AFONSO, 2019)

No final do período da escravidão, enquanto estava em curso o processo de adaptação da sociedade à mudança do status jurídico dos negros, ocorria a difusão das teses racistas^[4] no Brasil e sua reconstrução na forma de ideologia racial. A concepção e a consolidação da ideologia racista ocorridas nesse período permitiram a naturalização das desigualdades raciais que foram, assim, reafirmadas em novos ambientes político e jurídico. (JACCOUD, 2008). Desde a abolição da escravatura até a década de 1980^[5], o Estado brasileiro não se preocupava em traçar políticas para o combate das desigualdades raciais, que ainda estão fortemente presentes nas relações sociais brasileiras.

As manifestações e protestos dos movimentos negros desencadearam um processo de alterações no comportamento dos agentes políticos, levando-os à criação de políticas específicas para a coletividade dos negros e para a valorização de sua história e cultura (CONCEIÇÃO, 2010). A intervenção do Estado brasileiro na área da promoção da igualdade racial ocorreu a partir dos anos 1980, com o processo de elaboração da Constituição Brasileira de 1988^[6]. Naquele momento, a partir do reconhecimento do caráter pluricultural e multiétnico da sociedade, o Estado tornou o racismo um crime inafiançável e imprescritível; reconheceu os territórios quilombolas como bens culturais nacionais e admitiu o direito da população quilombola à propriedade definitiva das terras que ocupavam, bem como afirmou a diversidade cultural como um patrimônio comum a ser valorizado e preservado (JACCOUD et al., 2009 apud. CONCEIÇÃO 2010).

Em 1995, o Movimento Negro realizou a “Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, com o objetivo de pressionar o Governo Federal a assumir compromisso público contra o racismo. Em resposta a essa iniciativa, o governo criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Valorização da População Negra, com o dever de propor ações integradas de combate à discriminação racial e de recomendar e promover políticas de “consolidação da cidadania da população negra”. A partir de 2001, com o processo preparatório da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, na África do Sul, o Governo brasileiro passa a reconhecer a existência de desigualdades no acesso a direitos baseados em raça e etnia, criando, assim, as condições para o avanço dos debates sobre a adoção de políticas de ação afirmativa.

Entende-se por ações afirmativas um conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social, tendo como objetivo a reparação e a eliminação das desigualdades e segregações, de forma que não se mantenham grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade. Para superar a desigualdade socioeconômica entre os distintos grupos raciais no Brasil, ações afirmativas são feitas por meio de políticas que propiciem uma maior participação dos grupos marginalizados na educação, na saúde, no emprego, na aquisição de bens materiais, em redes de proteção social e de reconhecimento cultural.

No ano de 2003, o Governo Federal criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão de assessoramento da Presidência da República, com a finalidade de promover e articular o avanço das políticas de promoção da igualdade racial para a consolidação de uma sociedade realmente democrática no Brasil, colaborando em nível internacional para que esse seja um movimento global (Ministério dos Direitos Humanos, 2018). A SEPPIR atua tendo por base as diretrizes, objetivos e metas do Plano Plurianual (PPA), instrumento de planejamento e diretriz orçamentária das ações de igualdade racial. Os objetivos do PPA expressam o disposto na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), cujas ações se desdobram em 12 eixos do Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Planapir). Dentre os principais projetos e programas de coordenação ou execução da SEPPIR, podemos citar:

- **Trabalho e desenvolvimento econômico:** Plano Setorial de Qualificação (Planseq) para negros, negras e afro-descendentes, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego.

- **Saúde:** Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), elaborada com o apoio do Ministério da Saúde.
- **Comunidades Quilombolas:** Criação do Programa Brasil Quilombola e da Agenda Social Quilombola, além da inclusão da educação escolar quilombola nas Diretrizes Curriculares Nacionais da educação básica.
- **Educação e diversidade cultural:** O projeto A Cor da Cultura, já em sua segunda fase, foi desenvolvido pela SEPPIR e parceiros visando à valorização da cultura afro-brasileira, por meio de programas audiovisuais que servem de material paradidático na implementação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), modificada pela Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.
- **Violência e justiça:** O Plano Juventude Viva foi criado com o objetivo de prover subsídios para o enfrentamento da violência contra os jovens negros, estruturado em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)[7].

Principais Leis [8] que instituem ações afirmativas no Brasil:

Lei nº 12.711/2012	institui cotas para ingresso de estudantes negros nas instituições públicas federais de ensino superior e nas instituições técnicas e tecnologia de nível médio.[9]
Lei nº 10.639/2003	modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tornando obrigatória a inclusão no currículo da rede de ensino de "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira".
Lei nº 10.678/2003	criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR).
Lei nº 11.096/2005	criou o Programa Universidade para Todos – ProUni, pelo qual o Governo Federal fornece bolsas de estudos para afro-descendentes em universidades privadas.

Decreto 4.885/03	ou o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial, órgão regulado e consultivo da SEPPIR com a finalidade de propor e monitorar as políticas de promoção da Igualdade Racial.
Decreto 4.887/03	ta da regulamentação dos direitos humanos das comunidades negras, remanescentes de quilombos.
Decreto nº 6.872/2009	rovou Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir).
Lei nº 12.288/10	stitui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação em quaisquer formas de intolerância étnica.

Apesar da **lei nº 10.639**[10] instituir a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira no Currículo da Educação Básica, muitas escolas ainda têm dificuldade de colocá-la em prática e, por conseguinte, contribuir para o combate ao preconceito e para garantir mais diversidade na Educação. Como exemplo de sucesso de implementação dessa lei, podemos citar a **Escola Municipal Francisca Alves (EMFAL)**[11], cujo ensino de História e Cultura Afro-Brasileira não é tratado apenas como um componente curricular, mas como um tema que perpassa todas as disciplinas e atividades escolares.

Localizada em uma região de periferia em Belo Horizonte e tendo como público 70% de jovens autodeclarados negros, a escola inclui a pauta antirracista como um pilar estruturante de todas as ações realizadas. Dentre elas, podemos citar a apresentação da história da colonização do Brasil (e todas as opressões e resistências); o aprofundamento dos conhecimentos sobre cultura afro-brasileira nas disciplinas de história e geografia; a obrigatoriedade da adoção de obras escritas por autores negros para a biblioteca da escola; a elaboração de uma Mostra Cultural, que trata desde temas como a gastronomia africana a grandes inventores, artistas e políticos negros do continente; a realização de rodas de conversas, nas quais mulheres negras de referência em suas áreas são convidadas a compartilhar sua trajetória de vida e profissional com as/os estudantes; o evento Desfile das Cacheadas, realizado sempre no dia 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, que tem como objetivo enaltecer a mulher negra e celebrar as diferentes belezas; e a representatividade entre a equipe de educadores, já que presença de profissionais negros na escola contribui para a representatividade e, consequentemente, para a maior diversidade na Educação.

Segundo a vice-diretora da escola, Rosane Viana, a principal mudança que pode ser percebida na escola, após a implantação das ações, concerne à linguagem utilizada pelos/as estudantes. De acordo com ela, as piadas, as brincadeiras e o vocabulário racista cessaram e há mais respeito e representatividade no ambiente escolar, o que reafirma a estratégia de Diversidade na Educação.

De modo geral, as políticas públicas de inclusão foram extremamente importantes para a diminuição do número de pessoas em situação de pobreza, assim como a ampliação do acesso dos mais pobres a oportunidades antes restritas à parcela mais rica da sociedade. Um aspecto positivo a ser considerado são as políticas de ações afirmativas que promoveram a ampliação do acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas de escola pública ao ensino superior.

Dados apresentados pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) revelam a dimensão desta ampliação: a presença de estudantes negros e pardos, de 18 a 24 anos, no ensino superior saltou de 10,2% em 2001 para 38,5% em 2011, ou seja, mais do que o triplo. Em 2018, esse número passou para 55,6%. Apesar dos avanços expressivos no acesso de pretos e pardos ao ensino superior, se comparamos esse dado com o aumento da frequência de estudantes brancos nessa faixa de ensino observamos que há defasagem. A presença de estudantes brancos, de 18 a 24 anos, no ensino superior passou de 39,6%, em 2001, para 65,7%, em 2011[12]; chegou a 78,8%, em 2018, e se mantém, portanto, bastante acima da proporção de estudantes pretos e pardos nesse nível de ensino. Podemos afirmar que estamos avançando com uma velocidade ainda insuficiente para dar conta[13] das grandes defasagens existentes na inserção de pessoas negras no ensino superior.

O avanço expressivo [14] ocorrido ao longo da década deve-se à combinação de um conjunto de políticas implementadas voltadas tanto para a inclusão de setores historicamente excluídos da educação superior quanto de medidas direcionadas à expansão do próprio sistema de educação superior no Brasil. Entre as medidas mais importantes, citamos a expansão do número de vagas em Instituições Federais de Ensino, através da criação de novas instituições, novos cursos e da ampliação dos cursos noturnos. Entre 2003 e 2013, por exemplo, foram criadas, no Brasil, dezoito novas universidades federais. Outras medidas de expansão importantes foram: criação do ProUni (Programa Universidade para Todos) e a ampliação do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) ao longo dos últimos anos (HERINGER, 2014).[15]

De modo geral, os dados revelam que, embora tenha ocorrido uma queda significativa das desigualdades raciais, elas ainda estão presentes na sociedade.[16] Sendo assim, fica evidente que a superação dessas desigualdades, em suas variadas dimensões, permanece um desafio. Desse modo, é muito importante que as políticas de ações afirmativas continuem se consolidando e se expandindo

no Brasil, sendo permanentemente monitoradas e avaliadas, compondo, assim, um quadro mais completo sobre seus efeitos, limites e possibilidades (HERINGER, 2014).

Referências:

Afonso, Nathália. Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/#:~:text=56%2C10%25,7%20milh%C3%B5es%20se%20declaram%20pardos>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc). Políticas Sociais: acompanhamento e análise. IPEA, Brasília, n. 27, p.387, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/201007_bps_book.pdf. Acesso em 05 mar. 2021.

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Guia de orientação para a criação e implementação de Órgãos, Conselhos e Planos de Promoção da Igualdade Racial. Ministério dos Direitos Humanos, Brasília, 103 p, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/seppir/Guia_de_criacao_de_organos_conselhos_e_planos_de_promocao_da_igualdade_racial.pdf. Acesso em 05 mar. 2021

CER Sebrae. Diversidade na educação: Como uma escola pública em MG coloca em prática a lei do ensino de história e cultura afro-brasileira. Disponível em: https://cer.sebrae.com.br/blog/diversidade-na-educacao-como-uma-escola-publica-em-mg-coloca-em-pratica-a-lei-do-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira/?utm_campaign=news_marco_2_-_luta_contra_discriminacao_racial_-_geral&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 23 mar. 2021.

CONCEIÇÃO, Eliane. Superando as desigualdades raciais: uma análise das principais políticas públicas. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v.15, n.56, p. 85-108, 2010.

Educação para as relações étnico-raciais. Ações afirmativas. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas>. Acesso em 20 fev. 2021.

FERREIRA, Renato. Políticas públicas de promoção da Igualdade Racial: A experiência do Brasil. Disponível em: <https://nilsonleviyahooocombr.jusbrasil.com.br/artigos/214766281/politicas-publicas-de-promocao-da-igualdade-racial-a-experiencia-do-brasil>. Acesso em 05 mar. 2021.

HERINGER, Rosana. Um Balanço de 10 Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil. Revista Tomo, n. 24, p.17-35, 2014.

JACCOUD, Luciana. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.) As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Ipea, Brasília, p. 47- 48, 2008. Disponível em : http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899_Livrodesigualdadesraciais.pdf. Acesso em 05 fev. 2021.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v.16, n.3, p.887-896 Dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 Mar. 2021.

Colocando em prática:

1. Qual o objetivo da discussão sobre Políticas de ações afirmativas com os/as estudantes?

O objetivo deste capítulo é discutir a existência das desigualdades raciais em diversos âmbitos da sociedade e de que modo o Estado brasileiro age para combater as discriminações. Além disso, busca-se compreender como os movimentos negros contribuíram para que houvesse a intervenção do Estado brasileiro na área da promoção da igualdade racial.

2. Ao trazer essa discussão para sala de aula, o que se espera para os/as estudantes?

Esperamos que os/as alunos compreendam o papel do Estatuto da igualdade racial, que é garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Além disso, que eles/as reflitam criticamente sobre os fatores estruturais, institucionais, coletivos e individuais que propiciam a violação de sua integridade física e psicológica. É importante que eles/as entendam as ações afirmativas como um mecanismo de correção de desigualdades e que a defesa dos direitos humanos também resulta da mobilização da sociedade civil e de sua articulação com poderes públicos, sendo traduzida na criação e implementação de políticas públicas.

3. Como trabalhar esse tema com os/as estudantes?

- Professor/a, discuta com os/as estudantes por que o Estatuto da Igualdade Racial foi criado no Brasil e **para que ele serve**[17]. Em seguida, pergunte aos estudantes quais direitos garantidos por lei já eram conhecidos. Se todos forem desconhecidos, questione o porquê. Contraponha o conteúdo do Estatuto ao cotidiano dos/as alunos/as e estimule-os a pensar sobre quais direitos são (des)respeitados. Discuta com eles/as por que isso ocorre.

- Utilizar jogos para apresentar as ações afirmativas e as leis que instituem cada uma delas. Uma opção seria a criação de um jogo da memória. Neste caso, seria possível explorar o pareamento entre as ações afirmativas e o que cada uma promove em determinado eixo da sociedade.
- Propor aos estudantes a realização de manifestações artísticas para abordar o tema “História e Cultura Afro-Brasileira”, podendo ser canções, peças de teatro, poemas, desenhos, grafites, coreografias ou quaisquer composições artísticas que valorizem a cultura afro-brasileira e fortaleçam o processo de identidade própria dos/as estudantes.

4. Pensando vocábulos:

Professor/a, reflita com seus/suas estudantes o uso das nomenclaturas: *políticas públicas, ações afirmativas, estatuto, legislação*.

5. Você sabia?

O massacre de Sharpeville e o Dia Internacional contra a Discriminação Racial

O dia Internacional contra a Discriminação Racial é comemorado no dia 21 de março, uma importante data que reforça a luta contra o preconceito racial em todo o mundo. A data foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e tem origem no “Massacre de Sharpeville”, ocorrido em 21 de março de 1960, quando cerca de vinte mil pessoas protestavam pacificamente contra a “lei do passe”, em Sharpeville, província de Gauteng, África do Sul. A lei obrigava os negros a andarem com identificações que limitavam os locais por onde poderiam circular dentro da cidade. Nesse dia, tropas militares do Apartheid atacaram os manifestantes, deixando 69 mortos e 186 feridos.



Imagem: Massacre de Sharpeville, 1960.

Fonte: <http://www.palmares.gov.br/?p=53647/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

Em 1966, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a data como Dia Internacional contra a Discriminação Racial, em memória às vítimas do massacre.

O Artigo 1º da Declaração da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da ONU diz o seguinte: *“Discriminação racial significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública”*.

Referências:

FASUBRA. Dia **Internacional contra a Discriminação Racial**. Disponível em: <<https://fasubra.org.br/noticias/dia-internacional-contra-a-discriminacao-racial/>>. Acesso em: 18 mar 2021.

MARQUES, Lorena. O massacre de Sharpeville e o Dia Internacional contra a Discriminação Racial. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=53647>>. Acesso em: 18 mar 2021.

6. Sugestões de leituras:

Linha do tempo do antirracismo, elaborada pelo GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa), que traz informações sobre os principais marcos na história das ações afirmativa no mundo.

Disponível em: <http://gemma.iesp.uerj.br/linha-do-tempo/>. Acesso em 19 mar. 2021.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]**. EDUERJ, Rio de Janeiro, 190 p, 2018. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2mvbb/pdf/feres-9786599036477.pdf>. Acesso em 19 mar. 2021.

7. Sugestões de vídeos:

O canal Superinteressante explicou em um vídeo de 2 minutos o que é a desigualdade social no Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ufbZkexu7E0>. Acesso em: 19 mar. 2021

A BBC News Brasil apresenta estatísticas que mostram disparidades nas realidades de negros e brancos em 5 áreas: educação, renda e trabalho, saúde, política e violência.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d45Woc456DY>>. Acesso em: 19 mar. 2021

8. Tá na rede

Perfil oficial da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Instagram

<https://www.instagram.com/igualdaderacial/>